

SESSÕES DO PLENÁRIO

15ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de março de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do Expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos

dias 04, 05, 11 e 12/02/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHOS VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna mais uma vez informar aos nobres colegas deputados e também a toda a população baiana e em especial a minha região, que sou muito bem atendido pelo governo do Estado. Acabo de voltar de uma audiência com o presidente da Embasa, Dr. Abelardo, e lá ele aproveitou para nos informar e autorizar a publicação de várias obras no município que represento aqui nesta Casa. Como exemplo, o município de Aracatu que tem o seu prefeito Sérgio Maia, grande prefeito, seu pai também foi prefeito por duas vezes naquela cidade, vem demonstrando que é um jovem competente, trabalhador e dedicado ao seu município.

Há diversos sistemas de água em andamento, a exemplo de quase 40 poços artesianos. Agora, a Embasa dá a ordem de serviço do sistema de água de Lagoa de Tamboril, obra no valor de 211 mil reais, e está iniciada a obra de Passagem do Lajedo e região no valor de mais 400 mil reais. Recentemente no município de Aracatu, que tem à frente esse prefeito jovem e competente, obra na ordem de 600 mil reais que irá atender aproximadamente 150 famílias. Então, esse é um conjunto de pedidos que faço ao governador e sempre sou atendido, porque não faço pedido de obras que não são viáveis.

E na mesma ocasião, presente também comigo o prefeito de Contendas do Sincorá junto com seu grupo, o prefeito mais conhecido como Didi, que é Wellington Palmeira, cuida do seu município que é um dos menores da Bahia e tem muita dificuldade. Foi lançado o edital de convocação hoje da obra no valor de 505 mil reais na recuperação da Barragem da Perereca, que também faz captação de água para sete municípios, e também o distrito de São Jorge de onde é originário, e Barra da Estiva, que são vizinhos, apenas o rio os divide.

Quero, mais uma vez aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradecer ao governador do Estado, ao seu secretariado e também parabenizar o prefeito Didi, cujo nome completo é Wellington Valdir, que conduz brilhantemente aquele município, está a todo momento buscando os investimentos para o seu município.

Quero também informar que essa crise hídrica que está passando não só a Bahia mas também o Sul do País, o governador do Estado, preocupado com isso, está tentando resolver o problema, se prevenindo para que os municípios que fazem parte do Semiárido, que são dois terços do Estado da Bahia, não sofram como está sofrendo o Estado de São Paulo e sua capital por falta de planejamento nos seus municípios.

Quero, mais uma vez, agradecer ao governador do Estado Rui Costa, juntamente com o presidente da Embasa, Dr. Abelardo, e um agradecimento aqui em especial ao nosso amigo Ivan que é o chefe de gabinete de Dr. Abelardo, que nos trata brilhantemente e tão bem nos recebe, não mede esforços para encaminhar o nosso

pedido.

Era isso que queria deixar registrado nos anais desta Casa. Dizer que eu, como deputado estadual de segundo mandato, para ser mais exato, um mandato e meio, porque o outro assumi apenas na metade, estou sendo muito bem atendido pelo governo do Estado porque busco nos órgãos estaduais as obras que realmente são viáveis. No nosso município onde tive uma votação expressiva, município em que votaram 2.500 eleitores, tive 1.500 votos. Em Aracatu tive quase a totalidade dos votos, praticamente 4 mil, num município de 13 mil habitantes.

Agradeço mais uma vez o apoio dos prefeitos Sérgio Maia, Adriano, de Barra da Estiva, e Didi, de Contendas do Sincorá, municípios vizinhos da minha querida Barra da Estiva.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Até o próximo discurso, anunciando mais obras autorizadas pelo governador Rui Costa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O deputado Marquinho Viana inaugurou o governo em 2015. É o primeiro que começa obras.

Concedo a palavra ao deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quando subi ao gabinete, meio-dia, procurei ler e me informei acerca das notícias nacionais.

Sr. Presidente, peça silêncio, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, tem um orador na tribuna que gostaria da atenção de V.Ex^{as}.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Trago a esta Casa a manchete da *Folha de S.Paulo on-line*: (Lê) “*Dilma é recebida em São Paulo com vaias e gritos de 'fora PT!'*” Isso no Salão Internacional da Construção, naquela cidade.

Lerei na íntegra o que se estampa em todas as manchetes nacionais.

(Lê) “*A presidente Dilma Rousseff (PT) foi recebida com vaias e gritos de 'fora Dilma' e 'fora PT' ao chegar no Salão Internacional da Construção em São Paulo na manhã desta terça-feira (10).*

A equipe da presidente chegou a modificar o trajeto da petista na tentativa de afastá-la dos expositores e trabalhadores que estavam no local.

No entanto, não conseguiram. Enquanto passeava pelos estandes, Dilma era hostilizada. Em meio às vaias, as pessoas gritavam 'PT ladrão!' e 'Eu não voto no PT'.

Quando a presidente chegou, apenas trabalhadores e expositores estavam no local, que ainda não havia sido aberto para visita.”

Sr. Presidente, V.Ex^a tem que dar o exemplo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sandro Régis, não vou cassar sua palavra em consideração, porque é a primeira vez.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) *Do lado de fora, ouvindo as vaias, visitantes também xingavam a presidente com insultos...*

Diante da recepção, a presidente fez uma visita de menos de cinco minutos e

deixou o local em direção à cerimônia de abertura do evento, quando deve discursar a um público limitado a convidados.”

Folha de S.Paulo.

Isso que trago agora é uma situação muito séria. A presidente do nosso País não pode andar em nenhum lugar público! Não pode andar! Ela foi ao Salão Internacional da Construção, em São Paulo, e não pôde ficar 5 minutos porque foi enxotada pela população, sob vaias e xingamentos! A que nível chegou a popularidade da presidente Dilma Rousseff!

Quero dizer que eu como deputado de oposição não fico nem um pouco feliz com uma situação destas, porque demonstra o caos político, financeiro e moral que o nosso Brasil atravessa. O governo federal, na pessoa da sua comandante-chefe, infelizmente perde todo respaldo popular.

Faço um desafio. Vi nas redes sociais, a presidente batendo foto em um supermercado no Uruguai. Eu quero ver a presidente Dilma Rousseff, ir a um supermercado ou a um *shopping* aqui no Brasil, fazer uma caminhada. Não pode; não tem condições morais. O povo está rejeitando esse projeto.

Para concluir, Sr. Presidente.

Esse projeto, que venceu com menos de 1 ponto percentual da população, fazendo promessas mirabolantes; assume o governo e faz tudo ao contrário. Está aqui a resposta. Quem está dando a resposta é o PT?. Quem está dando a resposta é a presidente Dilma?. Não, quem está dando a resposta a esse projeto não são os políticos, e sim a sociedade e o povo brasileiro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer 2 registros: um, bom e alegre; o outro, triste.

O Sr. Adolfo Viana:- Defenda a presidente Dilma.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Defenderei daqui a pouco.

Primeiro, quero dar os parabéns ao bispo João Carlos Petrini, da Arquidiocese de Camaçari, pelos seus 10 anos de ordenação episcopal. Hoje à noite será realizada uma missa, em comemoração, na nossa Catedral, São Thomaz de Cantuária. Quero deixar registrada a minha alegria por participar de mais 1 ano de realização de D. Petrini. Ele é um bispo muito legal, Camaçari e sua diocese o receberam de braços abertos. Ele tem feito um trabalho muito bom, principalmente com visão de combate à desigualdade.

Quero registrar, com muita tristeza, o falecimento de D. Lígia de Sousa, ex-vereadora de Camaçari, primeira mulher a ser presidente daquela Casa; primeira-dama por várias vezes, figura muito conhecida e querida do povo de Camaçari.

Apesar de ser uma pessoa com outra posição ideológica, devo dizer que a cidade de Camaçari está triste, hoje, chorando a morte de D. Lígia de Sousa.

Quero também, desta tribuna, registrar e pedir ao presidente desta Casa – que não está aqui neste momento, mas ouvirá o meu discurso – que seja menos grosseiro e menos machista. Porque ontem, vimos aqui o deputado Adolfo Viana passando alguns minutos na sua fala e ninguém o agrediu. Ele, quando me agrediu e mandou cortar o som, eu já estava fora da tribuna. Acho que isso é o resultado da minha posição em relação à votação dele. Ele havia me ameaçado, sentado ali, naquela tribuna, dizendo que eu ia lhe pagar, que eu ia ver o que ele ia fazer comigo.

Acho isso uma coisa muito deselegante, muito machista, muito grosseira, muito autoritária. É muita arrogância de um homem tão poderoso como é, hoje, o presidente. Agora, acaba de indicar o seu auxiliar para o Tribunal de Contas. Não precisa tratar as pessoas dessa forma.

Neste mês, inclusive, em que temos debatido tanto a relação entre homens e mulheres, essa questão do machismo e da prepotência, acho que o presidente precisa se despir um pouco, ou melhor, calçar a sandália da humildade e passar a respeitar. Eu estava apenas concluindo o meu raciocínio, terminando a minha leitura, para ele fazer aqueles horrores que aprontou aqui.

A mesma coisa ele fez, com minha proposta da comissão da reforma política. Uma comissão importante. Estamos vendo as dificuldades, o momento difícil que o nosso Brasil vive. Esta Casa deve contribuir para o debate da reforma política. As mulheres entendem essa questão como muito importante. No entanto, ele também indeferiu, com esse objetivo.

Mas eu estava lendo, ontem, Sr. Presidente... Estou com um documento e vou pedir a esta Casa e a alguns deputados que nos ajudem a levá-lo para os deputados federais, no sentido de que eles ajudem a colocar na pauta da Câmara a aprovação de alguns projetos que serão bons para a luta das mulheres, que serão avanços.

Hoje, se der tempo, quero fazer a leitura da questão da isonomia salarial. Temos o PL 371 e 11.123, de 2012, que preveem punições e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres, problema que nós enfrentamos. Não é justo, não é correto uma mulher realizar a mesma função do homem e ganhar menos, pelo fato de ser mulher.

(Lê): Caberia à Receita Federal a criação de um aplicativo para fiscalização de empresas, que poderiam ser multadas se desrespeitassem essa isonomia.

O artigo 461 da CLT já prevê a igualdade de salários para funções idênticas, independente de sexo, nacionalidade ou idade, mas segundo a advogada Maria Alice Azevedo Marques, extra-oficialmente as empresas ainda tendem a pagar menos às mulheres, e não é pouco coisa, são 25,30% a menos. “Se aprovada a proposta, essa desigualdade ficará mais exposta, e os empregadores menos propensos a fazer essa distinção”.

Gostaria de fazer esse apelo, vou continuar lendo todos os projetos que estão prontos para serem votados na Câmara Federal, e precisamos fazer com que a nossa bancada nos ajude nesse sentido. Amanhã, na reunião da Comissão dos Direitos da

Mulher, vamos tratar também dessa questão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, Imprensa, todos que nos acompanham, dividirei esse pronunciamento em duas partes. A primeira delas é para acompanhar o pronunciamento do Líder da Oposição, deputado Sandro Régis.

Ele usou esta tribuna, mais uma vez, para ser a caixa de ressonância da sociedade que grita para chamar a atenção daqueles que ainda dormem. Sem sombra de dúvida, o Brasil está espantado com a administração do PT. Há pouco, no meu gabinete, acompanhando a CPI da Petrobras, através da TV Câmara, pude observar, no depoimento do...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Pedro Barusco.

O Sr. ADOLFO VIANA:- (...) do Sr. Pedro Barusco - deputado Rosemberg Pinto, obrigado por me auxiliar – que afirmou que em 2003 se institucionalizou a corrupção no Brasil. Provoco os parlamentares desta Casa. Quem assumia a presidência do país em 2003? O Partido dos Trabalhadores. Esse partido, sim, é o responsável pela institucionalização da corrupção no nosso país.

Deputado Rosemberg Pinto, vejo que V.Ex^a se sacode na sua cadeira, mas essa é a pura verdade. O deputado Sandro Régis, ao usar esta tribuna, verbalizou que a presidente Dilma não teve condição de frequentar uma feira na cidade de São Paulo. Acho que hoje, se ela sair em qualquer Estado deste país sem contar com todo o *staff* que a Presidência da República tem, com certeza ela não terá condição de andar livremente, porque será coberta de vaias. A população hoje grita, faz um pedido de socorro, porque não aguenta mais tanta corrupção. É verdade, sim, que depois que o PT assumiu o comando da Presidência da República, o nosso país mergulhou em corrupção.

Antes de usar a outra parte do tempo, gostaria de dizer, deputado Sandro Régis, que o que V.Ex^a falou já não contou com a resposta da deputada Luiza Maia, que talvez seja uma das maiores defensoras do Partido dos Trabalhadores nesta Casa. Não contou com a defesa dela porque simplesmente os parlamentares do Partido dos Trabalhadores já não tem mais o que dizer em defesa do indefensável.

Venho ocupar também esta tribuna, nesta tarde, para ser a voz da cidade de Campo Alegre de Lourdes. Na semana passada, usei esta tribuna para bradar com relação à segurança pública daquele município, que, na semana passada, teve o seu Banco do Brasil assaltado. No ano passado, depois de ser assaltado, o Banco do Brasil passou 60 dias com suas portas fechadas, sob a alegação de que não havia condições de segurança para abrir as portas para os clientes. Na semana passada, enquanto eu usava a tribuna, no mesmo momento, deputado Zó, a agência dos Correios da cidade de Campo Alegre de Lourdes estava sendo assaltada também.

Ora, já falei e repito: a cidade de Campo Alegre de Lourdes já não conta com

água de boa qualidade, não conta com estradas e a segurança pública lá não existe. Eu provoco esta Casa Legislativa e os Srs. Parlamentares, principalmente aqueles que foram a Campo Alegre de Lourdes pedir os votos para as suas eleições. Precisamos dar as mãos e nos unir, para cobrar do governo do Estado investimentos reais na segurança pública do município de Campo Alegre de Lourdes.

É inaceitável que aquela população esteja sendo diariamente esculachada pelo crime organizado e pelos ladrões que, ano a ano, visitam os bancos e os Correios daquela cidade. Volto a dizer: precisamos reintegrar Campo Alegre de Lourdes ao Estado da Bahia. Eu não me calarei, desta tribuna, enquanto não ver ações efetivas do governo do Estado para reduzir a criminalidade naquele município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Júnior pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa.) Na ausência do deputado Luciano Simões Júnior, concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, você que nos assiste pelo canal da *TV Assembleia*, cheguei a comentar com alguns colegas que, hoje, faria um pronunciamento a respeito da minha posição política, do meu destino nesta Casa, mas, em comum acordo com o partido, as tratativas estão adiantadas e esse discurso com essa vertente, com esse viés será feito, se Deus quiser, no próximo dia 24 de março, quando tornaremos pública a nossa posição, que o partido já conhece. Faremos, aqui, esse pronunciamento e nos posicionaremos com relação a essa questão que já vem se arrastando há algum tempo. Nós prevíamos que seria hoje o dia D desse discurso, mas devido a solicitação do partido e do bom entendimento com a direção estadual do PTN, na figura dos irmãos João Carlos e Maurício Bacelar, esse fica adiado.

Quero abordar o seguinte: o MST começou uma marcha em Feira de Santana em direção a Salvador, caminhando pela BR-324. Não tenho nada contra o movimento, que tem sua posição e que merece o nosso respeito, mas não lhe é dado o direito de atrapalhar o ir e vir das pessoas. Hoje, vir para Salvador pela BR-324, em razão dessa marcha, se tornou um inferno, um verdadeiro caos! Espero que os seus líderes orientem os seus seguidores a ocuparem apenas uma faixa da BR-324.

O Movimento dos Sem-Terra, que tem carros de som potentes, diversos veículos, serviço de rádio e de ambulância, é altamente organizado e financiado com o dinheiro do governo federal. Eles não têm a terra, mas tem o carro, têm toda a infraestrutura que poucos movimentos organizados, neste país, têm a estrutura que o Movimento dos Sem-Terra tem. Esse movimento, que está se deslocando pela BR 324, faz com que as pessoas sofram, tenham dificuldades. É necessário que eles respeitem o direito de ir e vir das pessoas.

Nada contra o movimento, nada contra as suas posições. Mesmo que venhamos a discordar, respeitamos os seus questionamentos; respeitamos as suas proposições,

mas é inaceitável que provoquem essa dificuldade fazendo com que as pessoas percam aquilo que lhe é mais sagrado, ou seja, o direito de ir e vir.

Quero aproveitar esses cinco minutos, fazendo uma salada de frutas, já que estou com muita saudade desta tribuna, pois ontem não tive a oportunidade de comentar esse assunto que já foi por demais debatido, mas, não me posicionei ontem. Lamentar as palavras do vice-governador, João Leão.

Desde que assumi o mandato nesta Casa, tenho me posicionado, sempre, com muito cuidado ao fazer qualquer acusação. Nunca assumi esta tribuna para dizer que A, B ou C é corrupto. Aliás, todos são inocentes até que se prove o contrário. Mas o vice-governador do Estado foi, extremamente, infeliz na sua fala, ao tomar conhecimento que o seu nome estava na relação do Procurador da República, Rodrigo Janot, como um dos envolvidos no esquema na Operação Lava Jato. O seu posicionamento foi inaceitável, uma vez que ocupa o cargo de vice-governador. Ele usou termos chulos, baixos, embora houvesse a sua retratação demonstrando o seu equívoco, a sua infelicidade. Mas, entre tantos relacionados, o que mais saiu na berlinda, além do presidente da Câmara e do Senado, foi o vice-governador, João Leão, por sua frase infeliz e agressiva, que chamou para si todos os holofotes por estar nessa relação, meu caro deputado Rogério Andrade que, neste momento, preside a sessão.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou pensando em entrarmos com um processo contra o Procurador-Geral, Janot, porque todos que são acusados: empresas, deputados, senadores, governadores, todos dizem que é mentira, deputado Vando.

Ora! Eu já me pronunciei aqui, há dois anos: É uma farsa! Esse Brasil é uma farsa! Todos nós sabemos que é tudo verdade! Todas as obras públicas, deste país, nesse governo e nos outros – com uma dose maior ou menor – são superfaturadas.

As obras médias e grandes, desde que o Brasil foi descoberto pelos portugueses, já começou a malandragem. Uma obra como a da Usina Nuclear de Angra I, que custa bilhões; a Usina de Belo Monte R\$ 30 bilhões, \$ 10 bilhões. Vocês não imaginam a roubalheira! Todo mundo sabe que funciona assim. Só saíram do parâmetro porque exageraram demais na Petrobras. Aproveitaram o regime diferenciado, que não tem concorrência, a licitação é diferenciada, para fazer o clube do assalto; o clube da malandragem! Todos envolvidos, e todos os políticos sabem que estão todos envolvidos. OAS, Odebrecht, UTC, Queiroz Galvão, Mendes Júnior. Todas elas funcionam assim. A única diferença são os políticos pequenos, que não influenciam nada, não têm condição de dar nenhum projeto ou aditivo nem de mandar em nada. E aí não recebem. Mas todos os outros, em menor ou maior grau, estão envolvidos.

A Petrobras diferenciou-se, porque ali só havia os padrinhos dos diretores e presidentes. Então fizeram o clube do bilhão, um escândalo faraônico, tudo verdade! Todos dizem que é mentira! É o teatro! Um teatro o Brasil, esta é a realidade! É um teatro este País! Tudo errado! Errada a forma de fazer política, em que a maioria gasta milhões e declara que gastou 100 mil. A *Folha de S.Paulo* pega a bolsa de estudo que uma funcionária devolveu - oito mil reais - querendo fazer matéria, quando sabemos que as coisas nesta Nação são muito piores.

Todo mundo sabe como funciona. As campanhas custam milhões, mas tem senador declarando que gastou 100 mil reais na sua campanha! Tem deputado federal que gastou 10 milhões - conheço vários -, e diz que gastou 200 mil. O TSE, Tribunal Superior Eleitoral, é uma malandragem na qual a maioria das mulheres e dos filhos dos ministros é quem advoga.

Vocês acham o quê? O deputado Herzem deve saber mais ou menos quanto custa em Brasília. Não estou dizendo que V.Ex^a se submeteu. Eu me submeti, uma parte, milhões num processo estúpido! Ganhei uma eleição com três mil e tantos votos contra todos os prefeitos, contra rádio, contra hospital, contra tudo! Mas com o povo, com trabalho! Dei seis entrevistas antes do período eleitoral, e...

Com a tolerância de V.Ex^a, Sr. Presidente, para concluir meu raciocínio.

(...) em todas disse que não queria ser candidato, mas acabei sofrendo torturas mentais e financeiras nesta malandragem que também é o País. Vocês imaginam este governador - salvo engano - de Rondônia, que foi cassado ontem. Perdeu no TRE daquele Estado. Lá ele já deve ter morrido em uns cinco milhões, por baixo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Calma. O assunto é da maior relevância, Sr. Presidente.

Deve ter ido para Brasília, claro, onde vai tentar se aconselhar com os melhores advogados. No mínimo 10 milhões uma causa destas! Estou falando por Campo Formoso, meus colegas. Quem paga? Todo mundo sabe que mulher de ministro tem escritório, filho de ministro tem escritório. O Brasil todo sabe, e todo mundo fica calado. Então, este País tem que começar do zero em tudo! Na política, em tudo! Em hospital as pessoas estão roubando tudo. É na Polícia Rodoviária também...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- (...) Vou concluir, Presidente, até porque os deputados não estão insistindo. Estão até abrindo mão de usar o Pequeno Expediente.

É médico fazendo molde para não dar frequência, é corrupção na polícia, no Rio de Janeiro são os comandantes envolvidos com traficantes. Tem inclusive empresário falsificando leite com soda para vender! Isso só no Brasil!

Vou concluir, deputado Rogério, dizendo não pensem que o deputado Adolfo é louco. Eu só estou desabafando uma realidade que todos sabem. O povão talvez não saiba o grau como funciona, mas todos nós sabemos. Esperamos que um dia - quando, não sabemos - este País comece do zero para vermos o que acontece.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Pablo Barrozo, que tem o mesmo sobrenome do grande compositor Ary Barroso, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Galerias, imprensa, colegas deputados, quero agradecer ao nosso colega Adolfo Menezes, porque isso aí que V.Ex^a acabou de narrar aqui nesta tribuna é o resultado de 12 anos do governo do PT. O senhor faz a voz de oposição nesta Casa. Portanto, eu o parabenizo pelo grande pronunciamento.

Amigos, o que me traz ao microfone hoje à tarde é uma Moção aos 30 anos da nossa querida *TV Bahia*.

(Lê) *“A história da televisão no Brasil começa em setembro de 1950, pelas mãos de Assis Chateaubriand, fundador da extinta TV Tupi. Na época, algumas pessoas de São Paulo conseguiram assistir pela primeira vez em bares, restaurantes e suas casas às imagens do veículo que revolucionaria a comunicação no século 20. Trinta e cinco anos depois da inauguração da primeira emissora brasileira, foi fundada em Salvador a TV Bahia, empresa que está comemorando 30 anos de excelentes serviços prestados à população do nosso Estado exatamente hoje, 10 de março.*

Nestas três décadas, a TV Bahia consolidou a sua posição de líder absoluta no mercado porque sempre investiu em produtos de qualidade, em profissionais e dirigentes capacitados e também porque soube inovar. Hoje, a TV Bahia detém a maior audiência do Nordeste, além de ser uma das principais emissoras da Rede Globo de Televisão. O sucesso da TV Bahia foi fundamental para surgir um dos maiores conglomerados de comunicação do País, formado por um jornal (Correio), emissoras de rádio, portais de internet, empresas de eventos e de geração de conteúdo e afiliadas espalhadas por todas as regiões do Estado, levando entretenimento e jornalismo para mais de 14 milhões de baianos.*

Sob o comando do professor, empresário e ex-senador Antonio Carlos Júnior, a TV Bahia hoje é um exemplo de empresa bem-sucedida, sintonizada com o que há de mais moderno no setor de comunicação. Seus programas locais (telejornais, Mosaico e Globo Esporte, por exemplo) são referência do mais alto nível de jornalismo e edição. O crescimento constante da TV Bahia não está apenas em sua grade de programação ou no aumento do número de anunciantes, que sempre confiaram nos resultados. Este crescimento pode ser visto também nas estruturas físicas da emissora, que passaram por uma grande ampliação recentemente.

Em nome da Assembleia Legislativa, parabenizo a todos os funcionários da TV Bahia pela passagem do 30º aniversário de fundação da emissora e solicito, após a tramitação regimental, que se dê conhecimento da presente Moção de Congratulações ao Sr. Presidente da TV Bahia, Antonio Carlos Magalhães Junior, e também aos diretores e acionistas Renata de Magalhães Correia, Luís Eduardo Magalhães Filho e Antonio Carlos Coutinho Nogueira, que sempre trabalharam pelo crescimento da empresa.”

Parabéns, *TV Bahia*! Parabéns pelos seus 30 anos!
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, servidores, visitantes, deputado Adolfo Viana, eu ouvi também o pronunciamento do ex-gerente Pedro Barusco, em que ele realmente assume que desde 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, já se apropriava do dinheiro da Petrobras.

Então, é preciso que a gente tenha segurança nas informações. E esse processo de corrupção no Brasil, lógico que com diferenças de opinião aqui do deputado Adolfo Menezes, está instituído em vários segmentos. É a pessoa que passa pelo acostamento, é a pessoa que compra do cambista o ingresso para o teatro, é a pessoa que compra o espaço para a fila do INSS, é o político que não declara corretamente as suas informações, ou seja, há uma generalização desta questão da ética ou da antiética. E nós precisamos discutir isso nesta Casa.

Com relação a este tema, a forma como foi pautado aqui na tentativa de criminalizar o Partido dos Trabalhadores talvez não seja o melhor caminho para que possamos fazer este debate, porque precisamos ter coragem de assumir determinadas posições. E eu disse ontem desta tribuna que, se o dinheiro que financiou a política nos últimos anos no Brasil é oriundo do processo de corrupção - e há de se chegar a uma posição sobre o assunto -, esta não pode ser vinculada unicamente a um partido, porque assim se financiaram as campanhas dos diversos partidos.

Deputado Adolfo Viana, não quero criminalizar também o seu partido na pessoa do ex-governador Anastasia, que está na mesma situação de todos os outros. Está com um pedido de investigação, da mesma maneira que todos os outros. Se o ex-governador e atual senador Antonio Anastasia tem uma relação com a imprensa que a faz lhe dar uma outra posição, é uma tentativa de mudar o foco, porque estão todos sendo investigados. São outros quinhentos cruzados. Todos são investigados da mesma forma. Será o resultado das investigações que levará a Justiça a definir se alguns têm mais ou menos comprometimento. Ou talvez nenhum. Mas todos neste momento não têm diferenças do ponto de vista do olhar da Justiça e da sociedade. Todos estão sob investigação. Então, aqui nesta questão não tem santo nem diabinho. São homens e mulheres que estão sendo investigados nesta Operação Lava-Jato, e acho que com isso nós precisamos passar a limpo a política brasileira.

Quero aproveitar, presidente, para dizer que recebi no meu gabinete ontem os vereadores Tonton, Rogério, Regis e Bobô, acompanhados da ex-prefeita Vera, de Maraú. Eles vieram me trazer uma denúncia com relação às casas do Programa Minha Casa Minha Vida, que é oriundo de dinheiro da União. Eram para ser 34 casas populares, e foram entregues só 17. Este fato está sendo denunciado em todos os jornais da região. As casas estão sendo entregues também faltando energia, porta, etc.

Quero colocar publicamente esta irregularidade para que os governos federal, estadual e municipal, responsáveis pelas obras, possam ter conhecimento, porque

tenho convicção de que o Minha Casa Minha Vida não pode passar por este constrangimento e nem quem vai receber as casas pode recebê-las faltando partes delas, pois não foi essa a originalidade do programa a partir do governo do presidente Lula.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado, professor Zé Raimundo, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, senhores e senhoras presentes nas Galerias Paulo Jackson, senhores da imprensa, colaboradores dos gabinetes, ao utilizar este Grande Expediente no horário do Partido dos Trabalhadores, trago alguns assuntos, alguns temas. E dedicarei a parte final da minha fala ao tema da corrupção, com a Operação Lava a Jato.

Inicialmente, gostaria de parabenizar o secretário Manoel Vitório pela consistente apresentação, hoje, do balanço do terceiro quadrimestre de 2014. Ele teve a oportunidade de, com os dados, as estatísticas e os números, demonstrar que o governo Jaques Wagner concluiu o seu segundo mandato de forma responsável, equilibrada, deixando o Estado da Bahia, ao contrário do que algumas lideranças da oposição diziam, ou seja, que o estado faliria, que estava à beira do caos e Manoel Vitório demonstrou que o governador deixou o nosso Estado em uma situação equilibrada, com alguns desafios, com algumas tarefas que deveremos implementar para que continue, sobretudo, agora nesse momento de crise.

Ficou muito claro que as grandes obras que foram implementadas, algumas em andamento, vão continuar. Pequenas ações e intervenções em alguns pequenos e médios municípios, como Água para Todos, como as estradas e outras obras importantes, continuarão.

Mas, este momento é o governo do nosso querido Rui Costa. Naturalmente, depois de 8 anos de mandato de um mesmo dirigente, é preciso que seja feita uma revisão, algumas mudanças, a fim de que o governo seja reaquecido e volte a ter um dinamismo. Evidentemente, que aqueles pontos identificados como problemáticos do governo anterior, deverão ser corrigidos. O governador Rui Costa vem construindo, vem esboçando esse horizonte de responsabilidade fiscal, de reforma administrativa, com um olhar muito agudo e sensível para a educação, para a segurança pública, para um problema muito importante dos pequenos municípios. Enfim, tenho a certeza de que, mesmo neste momento de crise que atravessamos, o governador Rui Costa tocará o barco e faremos um grande debate sobre os rumos da Bahia.

Por isso, hoje, naquela audiência pública, também assistimos a um novo presidente da Comissão, o jovem deputado Alex Lima. Ele conduziu os trabalhos com muito equilíbrio, com metodologia, com os deputados da oposição inquirindo o nosso secretário em pontos que julgaram questionáveis. Todos os pontos foram

respondidos de forma competente pelo excelente secretário Dr. Manoel Vítório. Ele foi secretário de licitação e assumiu em seguida a secretaria da Fazenda.

Tenho certeza de que nós, deputados, as lideranças do interior, todos nós deveremos ficar tranquilos e acompanhando a gestão do governador Rui Costa, apoiando as medidas que virão para esta Casa, para que possamos continuar promovendo o desenvolvimento da Bahia, levando obras para o interior- para a cidade de Jequié, do nosso Euclides Fernandes, grande liderança, sempre reivindicando; para os mais distantes municípios e para a nossa querida Vitória da Conquista.

Sr. Presidente, como segundo ponto, gostaria de solicitar das nossas taquígrafas que transcrevam dois artigos.

O primeiro artigo da nossa querida urbanista, arquiteta, Raquel Rolnik, que foi secretária do Ministério das Cidades, uma grande professora, mestra em urbanismo. Ela escreveu no seu *site*, no dia 27, um pequeno texto chamado “Zezéu, no céu, os anjos vão votar em você.” Não tive anteriormente oportunidade para fazer esse registro. Ela conclui esse pequeno artigo dizendo: (Lê) “Agora Zezéu começa sua mais nova campanha no céu. Já vejo ele sentado, no meio das nuvens, falando para algum anjo que acaba de passar por ali: “Ó menino, chame pra mim aquele pessoal que está sem casa, vamos ver como podemos dar um jeito nisso”. E em pouquíssimo tempo, lá estarão os anjos entoando, em coro: “Zezéu, vou votar em você.”

Solicito também à nossa Mesa que transcreva o artigo do deputado federal Emiliano José, jornalista, intelectual, publicado ontem no jornal *A Tarde*, “Homenagem ao conselheiro Zezéu Ribeiro”. Aqui, Emiliano conta um pouco da trajetória de Zezéu e traz, citando Norberto Bobbio, o grande senador italiano e grande politicólogo, um tema que vai ser objeto da minha terceira reflexão, que é o tema da serenidade. Bobbio tem um artigo onde faz uma relação entre serenidade e política. E até achava que os homens serenos, os homens equilibrados não deveriam fazer parte da política. Por isso, Sr. Presidente, eu me tenho mantido, modestamente, como um simples militante do Partido dos Trabalhadores, ao longo de 35 anos, mas tive o privilégio de ter sido prefeito de Vitória da Conquista e professor universitário. Tenho sido uma pessoa extremamente equilibrada, até mesmo quando o debate envolve meu nome, minha pessoa. Por isso quero discordar, esclarecer que não tenho programa de rádio em Vitória da Conquista. Não tenho, não sou radialista. Não tenho programa de rádio. O que temos em Vitória da Conquista é a divulgação das ações do mandato, como todos os deputados em qualquer veículo de comunicação. Estão aí todas as matérias gravadas. O que falamos lá são as nossas ações. Não falo absolutamente de nenhum político, não falo de nenhum adversário, e por isso não me envolvi no debate, na ação que a Frente Conquista Popular moveu contra um radialista que hoje é o deputado Herzem Gusmão.

Então, não quero entrar nesse debate. Nunca falei, nunca dei opinião nem quero dar. As ações, as medidas legais foram tomadas, a meu ver, do ponto de vista político, uma visão correta da Frente Conquista Popular em relação ao debate eleitoral lá em Vitória da Conquista. Não entrei, não vou entrar, e que a Justiça se pronuncie. Acho

que nós, deputados que temos mandato , devemos ser assim: pedir que a Justiça se pronuncie. Nunca dei opinião em relação a esse processo e espero que ele termine. Não tenho programa de rádio. O que temos lá é a divulgação dos mandatos, meu e de Waldenor, com obras e ações do governo do Estado, porque é assim que a norma da Casa diz. O deputado pode trabalhar e divulgar suas obras, suas ações, e isso tem o apoio da Assembleia.

Então, não vou entrar nesse debate, porque, a meu ver ele é secundário para os objetivos que temos para a região, para Vitória da Conquista. E, nesse sentido, quero também dizer que Vitória da Conquista tem, e eu não tenho o aval, não tenho a delegação do prefeito, mesmo porque ele não me apoiou em duas eleições. Em 2010, comecei minha campanha no dia 7 de julho. Depois de ter saído da prefeitura, voltado para dar aula na universidade, de segunda a sexta-feira dando aulas, comecei minha campanha no dia 07 de julho de 2010, e graças a Deus tive uma votação que considero extraordinária para a minha situação, elegi-me deputado e fui reeleito agora deputado estadual novamente; sem o apoio, evidentemente, do prefeito municipal, mas com o apoio de muitos militantes do meu partido, mas reconheço, no governo de Vitória da Conquista um governo sério. A gestão municipal do prefeito Guilherme Menezes é séria. Foi e continua sendo exemplo de políticas públicas em muitas áreas. Implantamos a atenção básica, foi o primeiro município médio do Norte e Nordeste, quicá de todo o Brasil, a implantar o SUS - Vitória da Conquista. Foi na nossa gestão, do Partido dos Trabalhadores. Fomos referência internacional no combate à Aids; implantamos inúmeros serviços; UTIs; hoje, temos em Vitória da Conquista 3 serviços de cardiologia; temos a hemodiálise; temos tratamentos oncológicos. Uma verdadeira revolução. Temos o Hospital Esaú Matos, que hoje tem problemas de financiamento, mas que é, ainda, referência nacional, quando o problema do SUS é um problema muito sério.

Fizemos importantes obras de urbanismo na cidade na minha gestão, na gestão do Partido dos Trabalhadores, dos partidos aliados e de todos os partidos. Conteí com o apoio de vários partidos, porque ninguém governa sozinho!

Por isso, Sr. Presidente, esse debate das divergências políticas, precisamos tratá-lo com muito carinho, muita disciplina, muito respeito à diversidade; temos de respeitar a diversidade. A democracia e o debate não podem desqualificar o lugar da política. Quanto mais, nós, políticos, partidos, lideranças, desqualificamos a política, nos desqualificamos também. Quero que todos os adversários, todos os partidos, sejam honestos, partidos sinceros, de homens probos, éticos, para que o debate se faça no campo da ideologia, no campo programático; não quero em nenhum partido, em nenhum escalão de partido, ninguém que não mereça estar na vida pública, porque estou na vida pública.

A nossa dignidade também depende da dignidade dos outros, inclusive, dos adversários. Foi assim que entendeu a cidadania grega; no momento em que a democracia grega começou a se desqualificar, vieram os golpes. Aqueles que estudaram Direito, aqueles que têm noção de Sociologia e as lideranças comunitárias todas sabem que a desconfiança de Aristóteles, a desconfiança de Sócrates, a

desconfiança de Platão em relação à democracia ocorreu porque a democracia começou a dar voz à demagogia. Quando os homens começaram a votar nas assembleias de 5 mil, 6 mil, 10 mil membros, por aquelas vozes fáceis, que encantavam os ouvidos, a democracia começou a definhar, e aí vieram os defensores das oligarquias, das tiranias.

É por isso, que neste momento, quando aparentemente muita gente se manifesta contra uma situação de crise – e aqui entro no meu terceiro tema, que é a conjuntura atual... Porque houve vozes rapidamente criticando a presidenta Dilma ou criticando o Partido dos Trabalhadores. Essas vozes têm de ser serenas, a serenidade exige muita maturidade e responsabilidade, a serenidade é o contrário da insolência, é o contrário da arrogância. A serenidade exige razão, reflexão, exige compromisso coletivo. É por isso que, nesse debate da corrupção na Petrobras, o nosso partido é muito claro: apure-se; respeite-se o processo legal; não se pode acusar e condenar nenhum réu sem provas, sem documentos.

Inventaram uma teoria do direito criminal no Brasil, o domínio do fato. Isso não existe no Direito, esse debate está também na filosofia contemporânea, é Hannah Arendt, grande filósofa judia, alemã que disse, explicando contra Israel, inclusive: “que muitos foram coniventes, que não bastava acusar, esse ou aquele réu, se não se acusasse o sistema todo.”

O domínio do fato é algo filosófico, conceitual, muito mais abrangente. O próprio autor da teoria, os seus alunos, tem quatro ou cinco alunos dele no Brasil, escreveram artigos dizendo que aquilo não se aplicava no processo da ação penal 470.

E, novamente, estamos vendo, um processo que aparece agora de novo. Várias pessoas na lista de vários partidos, na base do eu ouvi dizer. Parece que estão voltando no tempo das denúncias do Santo Ofício. Era assim, no tempo do Santo Ofício, e foi um avanço - o Santo Ofício; porque antes se queimava, se condenava, sem um tribunal. O Tribunal da Inquisição, sabem os senhores advogados, foi um grande avanço. O Tribunal da Inquisição foi um avanço, pelo menos tinha um processo legal, mas o procedimento era esse. Quem lê as confissões da Bahia, está lá. Ouvi dizer, e depois se prendia, e o cara era obrigado a confessar. Não sou advogado, mas sou leitor. Gosto do estudo, sou rábula!

Eu pergunto: é necessário a prisão de alguém para crime de corrupção, uma prisão preventiva, para a pessoa na prisão gerar e construir provas contra ele? É a inversão total, do processo do direito criminal. É preciso defender e tem vários artigos, vários professores universitários, vários estudiosos. Têm, diuturnamente, publicado artigos chamando a atenção: “ apure-se, condene a corrupção, prenda; mas prenda, obedecendo ao ritual do processo legal”.

Infelizmente, na hora, por causa, às vezes, da disputa política, a gente também faz coro. Desta modesta voz, não haverá aqui, acusação contra ninguém, até se provar nos tribunais, se esse ou aquele é culpado. É para isso que exista a justiça. A nós, homens públicos, devemos defender a democracia, devemos defender as ferramentas, os instrumentos e a igualdade da disputa na democracia.

Por isso, já caminho para concluir o meu raciocínio; é necessário, no bojo dessa crise, aproveitar para se proceder um debate e operarmos uma grande reforma política do Estado Brasileiro. Não basta, só uma reforma eleitoral. É necessário uma reforma política e social, para incluir as vozes anônimas, as vozes silenciadas ao longo da história desse País, para que se possa influenciar nos destinos dessa Pátria.

E foi isso, que o PT quando surgiu, lutou e vem lutando, para ser uma voz, dessa parte da sociedade brasileira; mas, infelizmente, a elite brasileira não está entendendo e querem criminalizar o Partido. É uma burrice, porque o PT, a partir da orientação do Lula, se tornou um partido de centro-esquerda, um partido social democrata. Deixou de ser um partido mais radical. É um partido que pode equilibrar, pode criar condições institucionais, para uma democracia duradoura, de políticas de alianças com setores da burguesia, com setores da classe média alta, com setores do empresariado, de um projeto de nação.

E a burguesia quer empurrar o PT para uma possível radicalidade. É bobagem. É uma ignorância, porque a classe dominante, não consegue mais ter moral nas periferias. A classe dominante, a sua moral, não se reproduz mais na periferia. Estamos vivendo a beira de uma anomia social. A eficácia simbólica, que tanto nos fala Bourdieu, ela se esvaziou em setores das periferias, no mundo inteiro; Paris, Turquia, Portugal, Espanha, Itália, Brasil, toda a América Latina. A periferia vai explodir. Já está explodindo. Vai explodir. Se não fizermos uma reforma política, vão tocar fogo neste Parlamento. Não ficará nenhuma estrutura democrática, se não as tornarmos eficientes e transparentes, para que o povo faça a interlocução e influencie nas decisões.

Esta Assembleia Legislativa, e não estou falando isso agora não, esse debate é anterior, numa audiência pública há dois anos e eu, metaforicamente, dizia – precisamos fazer uma reforma política do Estado, do Judiciário; para que o povo confie nas suas instituições.

As classes dominantes não conseguem mais se reproduzir, como faziam ao longo da sua história. Elas também estão esvaziadas. Hoje, quem sustenta o poder, é a mídia, é a grande mídia; por isso, a *Rede Globo* deveria pedir um registro de partido político. A grande mídia, partidariza a comunicação; e a reforma política tem que garantir a todos os setores sociais, para que no debate democrático, encontremos as soluções mais profundas deste País. Este é um País, que concentrou renda, concentrou poder; a miséria brasileira, aprofunda a pobreza brasileira. A exclusão brasileira é gritante, é estrutural, são 450 anos - 500 anos, mas em termos de sociedade, só ali, a partir do início do XVI, é que se tem uma sociedade efetivamente. É exclusão, gente!

O que o PT, o que o Lula sonhava, é uma coisa simples: mesmo numa democracia burguesa liberal, temos condições de amparar o povo; de dar ao povo comida, condição de saúde, habitação, oportunidade para chegar à universidade, e parte da elite não está entendendo isso. Querem incriminar o Partido dos Trabalhadores, querem jogar o PT, talvez para uma clandestinidade, como fizeram com o Partido Comunista. Eles não deixaram os comunistas viver na legalidade, foi

legalizado em 45 e ilegalizado no dia 08 de março de 48. Jogaram os comunistas, que poderiam ter dado uma grande contribuição à democracia brasileira entre 1946 e 1964.

Em 64, vem o golpe de novo. Essa elite não vê a necessidade de um projeto de nação e estão atacando a Petrobras. Eles querem privatizar a Petrobras. Eles diziam que não havia petróleo, Vargas criou a Petrobras. Eles diziam que era inviável e as grandes siderurgias, Vargas criou! Depuseram Vargas! E agora estão, insistentemente, de forma agressiva a querer desqualificar a política.

Por isso, Sr. Presidente, este momento exige serenidade. Os partidos, as lideranças, precisam defender seus programas! Eu não preciso desqualificar ninguém, para me legitimar enquanto político. Quanto mais, grandioso, for o partido adversário, ou quanto mais grandiosos, éticos e homens de bem, forem os adversários; maiores e mais legítimas serão as vitórias daqueles que sobre eles saírem vitoriosos.

Tenho a convicção de que o nosso partido, efetivamente, vive uma crise difícil, mas não é só o PT, não são só os aliados. Todos os partidos desse Congresso Nacional, que estão sendo checados, têm a responsabilidade de conduzir a democracia. Porque do contrário, eles hoje estão jogando ou acreditando nesse jogo midiático, mas já depois, esse mesmo jogo midiático, se voltará contra eles, quando estiverem no poder.

A história a gente já conhece; os que se calaram contra o nazismo, contra o fascismo, se tornaram vítimas do fascismo e do nazismo. É por isso, que temos que ter a convicção de que, o nosso partido, é um partido que prestou, e pode prestar muito à democracia brasileira e, todos nós, portanto, temos que ter essa convicção: muito cuidado quando desqualificar o outro, porque ao desqualificar o outro também está sendo desqualificado.

Era essa, Sr. Presidente, nossa intervenção. Agradeço e também concordo, não com as palavras exatas, mas também com o desabafo de V.Ex^a. Este País precisa, urgentemente, de uma reforma política e de uma reforma do Estado brasileiro, para que tenhamos um Estado forte, um Estado social, um Estado, que promova o desenvolvimento da nação, a igualdade, o combate à miséria e o combate à pobreza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Caro deputado, professor Zé Raimundo, V.Ex^a sabe que eu não fui formado no Instituto Rio Branco. Então V.Ex^a dá o desconto pelas minhas palavras não serem assim como as do professor.

Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria, para falar ou indicar orador, pelo bloco parlamentar PP/PSL/PSB, pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a PRESIDENTE (Fabíola Mansur):- Pelo tempo de 6 minutos falará o deputado Rogério Andrade, que dividirá seu tempo com o deputado Isidório por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 6 minutos falará o deputado

Rogério Andrade e por 5 minutos o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Nobre presidente, deputado Adolfo Menezes, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. que nos ouvem nas galerias, nesta tarde, Sr. Presidente, diante de tantos discursos inflamados nesta tarde, a maioria deles retratando e dando ressonância às notícias ruins que têm acontecido no Brasil, eu gostaria, e assim o faço neste momento, de usar a tribuna para deixar uma palavra de estímulo, parabenizando as ações do nosso governador Rui Costa no que se refere à segurança pública.

Na última segunda-feira, deputado Adolfo Viana, o governador se reuniu na sede do Ministério Público, aqui em Salvador, na reunião do comitê executivo do Pacto pela Vida, para apresentar alguns números referentes à segurança pública nos dois primeiros meses do ano, de 01 de janeiro a 28 de fevereiro, que merecem aqui ser relatados, até para que o governador continue estimulado do jeito que está, o secretário de Segurança Pública também, a Polícia Civil e sobretudo a Polícia Militar.

Os índices de homicídio em Salvador e Região Metropolitana foram reduzidos em 12,6%, ou seja, 12,6% menor que o mesmo período no ano passado, Salvador e Região Metropolitana. Na área integrada de segurança pública de Dias Dávila teve uma redução de 100% com relação ao mesmo período do ano passado. Em Simões Filho, 47,4% menor, o número de homicídios, em Pojuca, 42,9% e em Salvador, nossa capital, 6,2% menor com relação ao mesmo período, ano passado.

Isso mostra, nobre deputado Vitor, o empenho do governador, o empenho da Polícia Militar, e creio que a postura do governador Rui Costa tem contado muito nesses dois primeiros meses do ano, para redução significativa do número de homicídios em Salvador e Região Metropolitana.

E aqui eu peço vênica para transcrever as palavras do governador numa reunião recente com a Polícia Militar quando disse: “ *Vocês terão sempre, podem ter a certeza disso, um governador disposto a não medir esforços para defender desde os praças até os oficiais, a todos que agirem com a energia necessária, mas dentro da lei*”.

Creio que essa posição firme do governador Rui Costa, entendendo que o bandido deve ser tratado como tal, entendendo que a Polícia deve agir com a energia necessária para coibir o crime, tem contribuído, obviamente que dentro da legalidade, respeitando os direitos humanos, estimulando toda a polícia a agir como tem que agir; tratar o bandido como tem que ser tratado, com a mão firme.

Porque o Estado não pode sucumbir ao crime organizado, ao tráfico de drogas, aos traficantes; de maneira que creio que essa postura do governador Rui Costa, a relação, nobre deputado Sargento Isidório, que o governador tem procurado construir, sobretudo com a Polícia Militar, nos dois primeiros anos do seu governo, tem contribuído significativamente para a redução drástica do número de homicídios em Salvador e na região metropolitana.

Eu espero, torço bastante e estarei aqui para dar a sustentação necessária, de que o governo necessita; torcendo para que o governador Rui Costa, continue com a mesma energia, com a mesma garra, com a mesma determinação, com o mesmo foco,

priorizando o tripé que elegeu seu governo: priorizando a segurança pública, a educação e a saúde.

O governador, em todos os municípios que tem viajado na Bahia, faz questão de visitar as escolas municipais e estaduais. No que se refere, à saúde, tem puxado para si, a responsabilidade, priorizando a mesma, de maneira que não tenho dúvida, que nos próximos meses, a população enxergará, de maneira ainda mais clara, do que está enxergando; que o governador Rui Costa, apesar do seu perfil muito mais técnico do que político, que alguns criticam. A população enxergará, claramente, que é um governador centrado e determinado. E implementará, nobre deputado Pablo, as mudanças que os baianos tanto almejam e necessitam.

Muito obrigado. Uma boa tarde a todos!

Muito obrigado a V. Ex^a., Sr. Presidente, pela tolerância!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Sargento Isidório, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. das Galerias, Sr^a Deputada Fabíola Mansur, se eu acreditasse em vodum, em vidência, eu diria que o deputado Rogério cooptou meu discurso, nesta tarde.

Percebam que não tenho abusado, nem disputado esta tribuna; por causa do excesso de trabalho com o pessoal da vitimação das drogas. Mas deixarei uma palavra, que está no livro de Salmos 63, que diz: *“Ó Eterno, Tu és meu Deus e a Ti eu busco, de dia e de noite. A minha alma tem sede de Ti. Todo meu ser anela, pelo refrigério da Tua presença numa terra árida, exausta e sem água”*.

Sr. Presidente, gostaria de parabenizar Sua Excelência - falar do governador Rui Costa e dos pontos positivados aos olhos de toda sociedade, na segurança pública. Poderia, inclusive, situar sobre os pontos da educação. Estive com ele na abertura do ano letivo, pude olhar nos olhos do governador e vi o brilho de alguém obstinado na transformação social e de levar adiante um patrimônio que lhe foi passado, que é o futuro do povo da Bahia, fazendo bem, melhorando ainda mais a qualidade de vida da juventude do nosso Estado. A atitude do governador participando da abertura do ano letivo mostra para a Bahia que não quer ficar distante dos reclames da sociedade, nas áreas de saúde e educação. Toda vez que ele se desloca a uma escola ou visita um quartel, delegacia ou qualquer outro equipamento público, ele mostra o exemplo de cidadão que vai gerir a vida do povo e serve de exemplo.

Ontem também nos 50 anos da Associação dos Magistrados, o governador mais uma vez dava exemplo, quando inclusive se apresentava com a sua família. É uma demonstração de valorização da família. Coisa que na nossa Nação não é comum, principalmente, quando alguns políticos fazem questão de denegrir a imagem daquilo que é para Deus a célula *mater* da sociedade, a família. Com as famílias desconstruídas, desconstrói-se os cidadãos. Sem família é impossível o ensino, o aprendizado, a decência e a ética. Se fragilizarmos a família, continuaremos com uma

Nação com tecido social ainda mais fragilizado.

Gostaria de parabenizar a presidente Dilma, por ter aprovado a lei que amplia a punição para os assassinos covardes de mulheres, transformando esse crime em hediondo. É claro que, como um dos homens de Deus deste Estado, entendo que hediondo deveria ser qualquer tipo de crime ou violência cometido contra a pessoa, porque a vida é patrimônio, é o maior patrimônio. Seja de homem ou de mulher, uma vez tirada a vida, seria crime hediondo. Mas como entendo que por ser mulher e por entender a necessidade de fortalecer as políticas de proteção à mulher, a presidente tomou esta decisão e a parabenizo.

Assim como, também a parabenizo por ter ampliado a prisão daqueles que forem pegos vendendo bebidas alcoólicas aos menores, fato que aumenta a cada dia. Poderia também informar que acabei de mandar para a Presidência da República uma indicação, uma vez que não sou deputado federal, solicitando que da mesma forma como foi feito com o tabaco, o cigarro, também seja determinada a proibição das propagandas de bebidas alcoólicas, que já estão vitimando nossa juventude, os estudantes. Pedi inclusive que seja obrigatório colocar nos rótulos de bebida os danos e o quanto é nociva para a nossa gente.

Muito obrigado. Deus abençoe a todos, tenhamos todos um dia de paz e, se possível, com coisas grandes para a sociedade baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Neto: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): - Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto: - Sr. Presidente, é uma comunicação inadiável.

Eu queria chamar os Srs. Deputados para comparecerem amanhã, pela manhã, à sala da Comissão de Saúde para participarem da visita do secretário da Saúde, Fábio, às 9h. Ele fará uma exposição sobre consórcio de saúde e outros temas. Porque normalmente quando os secretários vêm até aqui, os deputados ficam à vontade para tirarem dúvidas. A reunião será promovida pela Comissão da Saúde, pelo presidente Alan. Será amanhã pela manhã, às 9h. Eu pedi a ele que nós o trouxéssemos um pouco mais cedo, seria hoje, mas como hoje nós tínhamos dois secretários aqui, e um deles o secretário da Fazenda, poderíamos não ter a presença de tantos deputados nesse importante evento que vai tratar, especialmente, da discussão dos consórcios e da saúde regionalizada. É um assunto importante e nós convidamos os deputados para que estejam amanhã, às 9h da manhã, foi adiado de hoje para amanhã. Será na sala da Comissão da Saúde da Assembleia.

Estou dizendo-lhes porque tive que conversar com o presidente Alan e com o deputado Joseildo, presidente da Comissão de Justiça, para ajustar os horários, porque está marcado para amanhã, às 10 e meia também, a sabatina do próximo conselheiro o nosso amigo Marcus Presídio, o qual teve a unidade da Casa e a interseção de todas as lideranças favoráveis a sua indicação e óbvio que amanhã ele vai ser sabatinado. Espero que tudo corra bem para que o nome dele possa, depois da sabatina, ter a aprovação de toda a Casa. Isso vai acontecer na Comissão de Justiça

desta Casa. Está marcado para as 10 e meia. Até propus ao deputado Joseildo que fizéssemos um ajuste na hora, abrísssemos o quórum e começássemos às 11, conforme o próprio Regimento comporta, para que desse tempo de termos aqui pelo menos de 9 até as 10 e meia, o nosso secretário da Saúde na Comissão de Saúde.

Então fica aqui essa informação para que tenhamos amanhã a presença maciça tanto dos deputados do governo como dos deputados da Oposição os quais, evidentemente, vão querer participar desses dois importantes momentos da Casa: um de debate, com relação à saúde, e o outro com relação ao TCE.

Então era isso, Sr. Presidente.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Pela ordem a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Não vou dizer o artigo, mas só a título de esclarecimento. Havia sido marcada, hoje pela manhã, essa mesma reunião com o secretário para as 15h. Só quero saber a título de esclarecimento, porque foi hoje pela manhã, eu não estive presente e nós temos diversas comissões acontecendo, inclusive a Comissão da Mulher, 10h, e não se conseguiu instalar em função da agenda corrida de todos os deputados.

Então eu só quero ter certeza se isso foi mudado recentemente, Líder, porque até meia hora atrás era às 15 horas.

O Sr. Zé Neto:- Só para esclarecer rapidinho...

O Sr. Adolfo Viana:- Só para esclarecer a deputada Fabíola, até porque ela acaba de chegar à Casa, nem pode ser marcado nada no horário da sessão. Então 15h não poderia ter sido marcada. Imagino que deva ter sido um equívoco por parte da Bancada do governo.

O Sr. Zé Neto:- Foi ajustado já. Conversei com os deputados. A proposta mais confortável seria essa, mas por questões regimentais ajustamos. Acho que está tudo tranquilo. Amanhã, 9 da manhã, vamos participar da reunião. Fica o convite para os deputados. Conversei com o deputado Sandro Régis, quero agradecer a ele também a compreensão, ele foi muito solícito. Acho que ganha a Casa podendo ter numa manhã dois importantes eventos com a participação maciça de deputados e deputadas.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Usará a palavra, Sr. Presidente, o deputado José de Arimatéia por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Concedo a palavra ao deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, senhores que assistem a *TV Assembleia*, venho a esta tribuna, primeiro, para ler o que foi publicado, hoje, no jornal *A Tarde* com respeito a saúde.

(Lê): “ *O Conselho Internacional da Criança (Cria) será inaugurado no próximo dia 17. Os principais objetivos serão ampliar conhecimentos na área pediátrica e valorizar a assistência materno-infantil, bem como ações de combate à*

mortalidade.

A iniciativa partiu da Liga Álvaro Bahia contra a mortalidade infantil, (Instituição Mantenedora do Hospital Martagão Gesteira). Segundo o presidente, Durval Olivieri, “o Martagão tem desenvolvido procedimentos que podem ajudar outras entidades a aprofundar estudos e pesquisas.

Olivieri afirma, ainda, que reuniões presenciais e on line serão realizadas entre os membros brasileiros e estrangeiros do Cria. O objetivo é fomentar ações e discutir métodos que visem à melhoria da saúde infantil.

O conselho contará com o apoio da ONU e tem firmadas parcerias com universidades e hospitais em países como Portugal, Espanha e Estados Unidos.

O conselheiro da Liga, Eduardo Ataíde explica que profissionais das instituições conveniadas poderão fazer intercâmbio entre as unidades. “O Martagão é reconhecido como hospital-escola e está preparado para receber os intercambistas. O objetivo é capacitá-los por meio de cursos, diz.”

O Cria funcionará na Casa da Escola de Puericultura (Órgão da Liga) situado na esquina do Campo Grande com o Corredor da Vitória.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, na próxima semana, dia 17, chegará aqui na Bahia o representante da ONU, embaixador da ONU, para participar das festividades do Martagão Gesteira e fazer essa parceria. Ele também fará uma visita a esta Casa na parte da tarde. Inclusive, estará aqui diante do presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, fazendo a entrega de uma placa reconhecendo que esta Casa tem contribuído muito com a instituição Martagão Gesteira.

Vai ser um ato muito importante. Ele virá pela manhã, participará dessa solenidade de aniversário dos 50 anos do Martagão Gesteira e, na parte da tarde, passará aqui no plenário no momento da sessão plenária fazendo a entrega dessa placa. Todos os Srs. Deputados já estão convidados a participar desse ato, porque o representante da ONU, no Brasil, reconhece a importância desse intercâmbio com o hospital Martagão Gesteira e o nosso Estado. É uma referência para a ONU as ações que esse hospital tem feito em benefício das crianças não só da Bahia como do Brasil.

Então, desde já gostaria de deixar registrado. Essa matéria que acabei de ler será vinculada em diversos jornais do Estado e, na próxima semana, ele estará aqui. Esse intercâmbio é fruto do trabalho da Comissão de Saúde desta Casa. Ano passado, o Dr. Eduardo Ataíde esteve na Califórnia e o nosso presidente Marcelo Nilo fez um ofício aos representantes da Califórnia apresentando a instituição Martagão Gesteira como uma instituição séria e que tem prestado relevantes serviços. E, agora, a ONU vendo que esse hospital é uma referência nacional não poderia deixar de prestigiar essa instituição no seu aniversário de 50 anos. Era esse um dos assuntos que eu gostaria de deixar registrado aqui nesta Casa.

O outro assunto, Sr. Presidente, é que ontem apresentei uma moção de pesar, inclusive saiu no Diário Oficial de hoje, reconhecendo a valorosa atuação de Roberto Loyola, que faleceu antes de ontem e o sepultamento foi ontem. Ele foi um militante das políticas públicas voltadas aos idosos. De acordo com o trabalho de Roberto Loyola, ele era um lutador da causa dos idosos não só na Bahia, mas no Brasil; foi

presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos e Coordenador Nacional da Política do Idoso, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Loyola não media esforços com a justiça social referente à população da terceira idade. Portanto, jamais será esquecido pelo valoroso trabalho prestado em todos esses anos.

Na moção que apresentei ontem, ia até lê-la, mas devido à questão do tempo não foi possível, não poderia deixar de fazer essa referência aqui. No momento em que apresentei nesta Casa o projeto de lei 20.435/2013, que estabelece a implantação da Delegacia do Idoso, fruto também das conversas que tivemos com o nosso amigo, o saudoso Roberto Loyola, que também participou do projeto que criou o Conselho Estadual da Pessoa Idosa. Lembro-me da sua alegria em dar esperança e dar maior assistência aos idosos, quando esse projeto foi apresentado aqui, inclusive fui o relator. Então, não poderia deixar de me manifestar.

A Sr^a Ivana Bastos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSÉ de ARIMATÉIA:- Pois não, deputada Ivana Bastos.

A Sr^a Ivana Bastos:- Falar de Roberto Loyola, quero aqui também registrar o falecimento de um grande amigo, de uma pessoa que quando a gente falar nessa Bahia do idoso, o nome de Roberto Loyola tem que estar presente. Conheci Roberto Loyola há mais de 20 anos quando ele era diretor da Anatel, antigo Dentel, aqui na Bahia, um grande homem, um grande amigo. Roberto Loyola nos mostrou que não devemos ter preconceito, ele superou todos os preconceitos ao lado de Jorge, ao lado de seus filhos Fabinho e Robertinho. Quero deixar aqui também registrado o nosso pesar a Roberto Loyola.

O Sr. JOSÉ de ARIMATÉIA:- Obrigado, deputada, incorporo o aparte de V.Ex^a. Também participei com ele, em Brasília, no momento em que estava sendo batido o martelo com relação à criação do Estatuto do Idoso, no qual ele teve a sua participação, isso foi muito importante e realmente são coisas que marcam o dia a dia da vida das pessoas. Ele esteve várias vezes nesta Casa nas discussões, quando esta Casa falava a respeito da questão do idoso. Gostaria de deixar aqui registrado os meus sentimentos à família do nosso amigo que partiu, Roberto Loyola.

Outro assunto, Sr. Presidente, para concluir, o meu tempo está indo embora. Quero aqui fazer uma convocação aos Srs. Deputados que fazem parte da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho para que amanhã, às 10:15, possamos deliberar as ações desta comissão em benefício do consumidor baiano, em benefício da família baiana, precisamos realmente avançar nas discussões.

É por isso que peço mais uma vez aos Srs. Deputados, tanto os titulares como também os suplentes, para estarem presentes amanhã à comissão.

Era isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pela aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Indicamos o nobre deputado Marcelino Galo por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, companheiros servidores desta Casa, companheiros da imprensa, realizamos, hoje pela manhã, com a presença extremamente importante do secretário da Administração Prisional, Nestor Duarte, trazendo todo o *staff* dessa secretaria. Foi uma das audiências mais importantes de que tive a oportunidade de participar nesta Casa. Iniciou-se às 10h15min e terminou às 14h15min. Foram quatro horas de debate e, ao encerrar-se, as pessoas não queriam nem ir embora. Isso expressa a importância de um tema fundamental para a sociedade contemporânea, que é a questão da violência.

Violência, um problema público, extraordinário, que se alastra pela nossa sociedade neste momento. Um dos elementos fundamentais que teremos oportunidade de discutir será a justiça criminal, a ação das polícias.

Discutimos hoje o sistema prisional, para que serve, se realmente serve para ressocializar aqueles que têm a infelicidade de ficar por tempos variados naquele sistema, ou se é uma máquina onde se reproduz a criminalidade como sinônimo de violência.

Então, esse debate é fundamental, é atual e necessário. Estavam presentes, lado a lado, uma representação institucional da maior autoridade, o secretário, e um agente penitenciário, representando aqueles que vivem vive, no seu cotidiano, uma relação direta com os que estão privados da liberdade.

Foi um exemplo de democracia, de como devemos nos conduzir nesta Casa, porque se isso existe, é preciso civilizarmos as nossas dissidências, as nossas diferenças, se é que isso é possível numa sociedade de classes.

Mas é este o objetivo que diz e cumpre o Parlamento: tratar dos conflitos sociais, as questões fundamentais da sociedade. Demos o exemplo de que é possível fazer isso, como resultado de um planejamento feito pela Oposição, pela Situação, dos rumos que devem ser tratados, travados, encaminhados naquela comissão. São temas fundamentais para a sociedade. É assim que demos servir.

A comissão teve a participação brilhante do secretário Nestor Duarte, que, dentro das suas limitações, expôs claramente as políticas públicas. Sabemos que políticas públicas são sempre limitadas. Há limites, em qualquer governo, em qualquer ente federativo, mas temos de ter claro o que tratar, tratar das nossas prioridades. Esse debate explicitou o quadro de forma clara para esta Casa. O sistema prisional, para a sociedade excludente, é um bueiro, é um lixo, onde se devem colocar seres humanos indesejáveis. Ali, há dados estarrecedores da maioria esmagadora de jovens, de pobres, de não-escolarizados, que uma sociedade excludente escolhe como inimigos.

Importante, também, a presença de agentes penitenciários, de agentes da segurança pública, como policiais civis e militares. Não faremos ali campo de disputa. Veremos é a importância do trabalho desses companheiros no serviço de

segurança pública e, também, eles como objeto, como vítimas da violência que é institucionalizada nesta sociedade perversa, que mata e prende a sua juventude.

Por isso quero registrar esse evento e agradecer à comissão, porque foi um trabalho conjunto, e também registrar a participação do secretário Nestor Duarte como elemento do poder, representante do governo. Sabemos que o governo não tem nem mais essa força nem essa importância nas sociedades capitalistas atuais para dar conta de um problema estruturante como esse, que abate a nossa sociedade, neste momento.

Vivemos um período de 30 anos de democracia. Avançamos em vários segmentos sociais, como aumento de renda, aumento de emprego e aumento de escolaridade. Mas os avanços no setor de segurança pública foram extremamente insuficientes. Fazemos uma autocrítica, porque setores da Esquerda sempre achavam que, fazendo políticas sociais, combatendo a desigualdade, se resolveria o problema da violência. Nós, no momento atual, sabemos que não é verdade. É preciso tratar a complexidade desse problema.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Por favor, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Marcelino Galo, quero parabenizar V.Ex^a pela atuação na Comissão de Segurança Pública, hoje pela manhã. Nós fazemos políticas em lados opostos, V.Ex^a defendendo o seu partido e a base do governo, e eu, na Oposição. Neste momento, quero parabenizar V.Ex^a pelo belo trabalho que fez, na manhã de hoje, na Comissão de Segurança Pública.

Falando dos presídios da Bahia, vejo que V.Ex^a tem se debruçado sobre o tema. Participei hoje dos trabalhos e, a título de contribuição ao pronunciamento de V.Ex^a e também para o bom andamento da Comissão de Segurança Pública – quero sugerir a V.Ex^a que, através da comissão, pudéssemos pensar numa forma de aumentar o número de agentes penitenciários. Acho que isso ficou muito claro por parte de um dos convidados de V.Ex^a, quando ele deu uma demonstração clara de que não podemos ficar pensando apenas no aumento do número de vagas nas penitenciárias, mas, sim, precisamos pensar no aumento do número de agentes penitenciários, porque são eles que interagem diretamente com os presos.

Então, não adianta aumentar o número de penitenciárias, o número de vagas nas penitenciárias, o número de vagas nas penitenciárias, se não pensarmos em aumentar o número de agentes penitenciários e criar as condições necessárias para que eles possam desenvolver o trabalho da melhor maneira possível.

Nesse momento, gostaria de parabenizar V.Ex^a pela condução dos trabalhos, na manhã de hoje, na Comissão de Segurança Pública e, ao mesmo tempo, convidar V.Ex^a a ajudar o governo a pensar no modelo de concurso público para aumentarmos o efetivo de agentes penitenciários no nosso Estado.

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e peço que seja incorporado ao meu pronunciamento.

Precisamos refletir e repensar. Os presídios, da forma como estão sendo colocados neste país, são verdadeiras universidades para o crime. Ali também

tivemos a oportunidade de ver que a maioria dos presos estão condenados por crime de furto e tráfico de drogas. Se nós não tivermos a responsabilidade e a capacidade de discutir uma política de combate às drogas, de forma que possamos separar da questão da segurança do ponto de vista operativo, não vamos conseguir avançar, porque vimos ali que pequenos traficantes que não estão ainda no sistema, que consumidores... A linha de definição é muito perigosa, quem é consumidor quem é traficante são condenados e, ali jogados, farão parte de organizações criminosas porque ali é uma universidade para o crime.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado Marcelino Galo.

Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Falará por todo o tempo o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra, por todo o tempo, o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Fabíola Mansur, colegas da Imprensa, convidados que estão presentes nas galerias, quero fazer uma saudação à valente mulher conquistense, professora Jean de Oliveira, presidente do SIMMP, Sindicato do Magistério Municipal da cidade de Vitória da Conquista, testemunha do que vou falar.

Hoje, pela manhã, participei de uma audiência pública, e o Secretário da Fazenda, Manoel Vitória, falou que a Bahia vai muito bem, que a saúde financeira do Estado é uma maravilha, o que é muito bom. Mas a impressão que tenho é que o governo está guardando dinheiro. É esta a impressão.

O professor deputado estadual Zé Raimundo, que se ausentou, foi presidente da Adusb. Vejo aqui um documento da Adusb em que falam do aprofundamento da crise, e a Adusb fala da crise do orçamento, no seu site, fala dos direitos trabalhistas, e que o diretor financeiro, Sérgio Barroso, solicitou informações aos reitores sobre promoções, progressões e mudanças de regime de trabalho, já que na UESB centenas de docentes aguardam pelo pagamento de tais direitos. E o governo tem o dinheiro.

A Adusb pede a revogação do decreto 15.624/2014. O contingenciamento, o corte, e o professor José Raimundo Fontes, deputado estadual, professor da Casa, ex-presidente, no silêncio estava e no silêncio permaneceu.

Hoje, quando fizemos a provocação, não seria uma provocação, mas um apelo ao secretário – até porque o secretário vendeu saúde financeira, dizendo que a Bahia está bem – para que ele encerrasse, revogasse esse decreto. Como se não bastasse a Adusb, aqui tem um arremate: o Fórum de Reitores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia... Só a pequena introdução diz o seguinte: (Lê) *“As universidades estaduais da Bahia – UESB, de Vitória da Conquista; UESC, do eixo-Itabuna/Ilhéus; UEFS, de Feira de Santana; e UNEB, necessitam de urgente e substancial*

suplementação orçamentária para o presente exercício e ampliação orçamentária do Exercício de 2014.”

Me causou estranheza o fato de o professor José Raimundo Fontes, ex-presidente da Adusb, hoje, pela manhã, quando fiz essa colocação, permanecer em silêncio. Ele não saiu em defesa da instituição que o projetou, não saiu em defesa dos seus colegas professores. Como homem ligado ao governo e que viu a explanação da saúde financeira do Estado, ele tinha o dever, na condição de ex-presidente da Adusb, de cobrar do governo do Estado a revogação imediata desse decreto, mas isso, verdadeiramente, não aconteceu.

Outro detalhe, eu não fiz nenhuma crítica ao professor, eu não fiz nenhuma crítica ao deputado por ele manter um programa de rádio do seu mandato. Não o critiquei, só disse que ele pode fazer propaganda e usar a rádio, inclusive, para prestar contas do seu mandato – ele e o deputado Waldenor Pereira –, porque isso é legítimo. Agora, eu não posso sequer, em 2011, exercendo as minhas atividades jornalísticas, desenvolver uma crítica. Crítica correta, porque a Justiça Eleitoral tem sido extremamente generosa com o PT da cidade de Vitória da Conquista. É uma generosidade que impressiona.

Nós fizemos, inclusive, comentários inerentes a nossa atividade, e o Dr. José Alfredo de Paula Silva, procurador regional eleitoral, pasmem os senhores, disse uma pérola sobre os meus comentários, nos quais não há na verdade nenhuma conduta vedada. Ele encerra dizendo assim: “Dessa forma, resta evidente a gravidade da conduta praticada capaz de macular o pleito e influenciar as eleições.” Eleições que eu perdi! Eu influenciei o resultado das eleições que perdemos. Esse foi um comentário de 2011!

Agora, eu vim para esta Casa defender a minha terra. Não vim para travar nenhum debate pessoal, nenhuma querela com o professor José Raimundo, com quem não tenho nenhum problema pessoal. Eu dizia, no Cafezinho, para o deputado Marcelino Galo: Ninguém projetou mais o professor José Raimundo do que eu no microfone do rádio. Eu me lembro de um dia que ele estava abatido com a professora Ana Isabel, no gabinete, pois tinha 3,2% contra mais de 70% de Cori. Ele queria jogar a toalha. O jornal de Brumado já dizia que ele deixaria a disputa, e eu o animei! Eu o animei, e ele ganhou as eleições.

Agora, quando ele fala do governo de Vitória da Conquista, tenho a impressão, colegas deputados, de que ele mora numa cidade e eu moro em outra. Eu acho que o professor Zé Raimundo não está morando em Vitória da Conquista. Deve estar morando em outra cidade. O SUS conquistense tem um dos piores desempenhos da pátria, diferente do de Montes Claros, que fica a 400 quilômetros. Não sou eu que estou falando, são dados do Ministério da Saúde.

Violência. Parece-me que o professor não sabe que, dos 5.570 municípios do Brasil, Itabuna está em 1º lugar, ceifando vidas de jovens e adolescentes, e Vitória da Conquista ocupa o 8º.

Vitória da Conquista tem uma educação ruim, ele sabe. O IDEB está com um desempenho pífio num município com mais de 200 mil habitantes. O pior desempenho foi o nosso.

Eu presto atenção quando os colegas falam. Atentamente, ouvi a médica e deputada Fabíola Mansur fazendo um apelo para que nós não fizéssemos denúncias vazias e irresponsáveis. Eu dizia para a doutora “Parece que o deputado Zé Raimundo mora em outra cidade, não mora em Vitória da Conquista.” Recentemente o prefeito privatizou um hospital público, o Hospital Municipal Esaú Matos, contrariando a OAB, contrariando a União de Mulheres, contrariando os sindicatos, contrariando a Igreja Católica. Todos se levantaram e pediram, mas ele privatizou o Hospital Esaú Matos, aquele que foi mostrado pela *Rede Globo* por seu péssimo desempenho.

O governo do PT, doutora, desativou um hospital com 60 leitos. Quem o projetou queria transformá-lo também num hospital com Unidade de Queimados, bem como ampliar o seu número de leitos para se tornar um hospital para pacientes crônicos, dando resolutividade e rotatividade ao Hospital de Base, que está sangrando. O professor não mora em Vitória da Conquista!

Vitória da Conquista recebe por ano R\$ 140 milhões. Por ano. No entanto está faltando fio para cirurgia. É lamentável o estado em que se encontra a saúde no município. O prefeito deixou o Programa Saúde da Família com 33 equipes, graças a José Serra, ao PSDB e a Fernando Henrique. De lá para cá, com Lula e Dilma, esse número cresceu apenas com mais 5 equipes. Vitória da Conquista precisa de governo.

Nós lamentamos que o deputado tente passar uma imagem irreal da nossa cidade, invocando o testemunho de uma professora presidente de um sindicato da categoria que está lá lutando para melhorar a educação conquistense.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Muito obrigado, deputado Herzem Gusmão.

Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Indicamos a deputada Fabíola Mansur, por seis minutos, e o deputado Joseildo Ramos, pelos cinco restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de seis minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Servidoras, integrantes das Galerias, o que me traz aqui inicialmente é a vontade de saudar a todas as mulheres baianas. Não pude fazer isto adequadamente, como presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, em função dos tempos parlamentares que não me permitiram ocupar esta tribuna. Essa batalha na defesa dos direitos das mulheres é uma batalha diária.

Quero saudar também os deputados e, tenho certeza, homens feministas que também no dia a dia, nas suas bases e nos movimentos, defendem esses mesmos

direitos. Ao mesmo tempo vou convidá-los para a nossa sessão especial, que vai ser em conjunto com a proposta pela deputada Luiza Maia, que terá como temas a reforma política e uma homenagem *in memoriam* à professora Ana Alice Alcântara Costa, grande feminista, ícone que teremos sempre como exemplo.

Outro motivo que me traz aqui é o desejo de parabenizar o amigo Edvaldo Mendes Araújo, Zulu Araújo, que ontem assumiu a direção da Fundação Pedro Calmon. Importante fundação, deputado Joseildo, que guarda a memória, a história e o arquivo público da Bahia. E igualmente tem entre as suas missões não só ampliar o acesso à leitura, como também aumentar e ajudar a interiorização da cultura e da própria leitura, deputado Herzem, que é hoje uma fonte de inspiração que pode promover mudanças. Os grandes deputados que chegaram aqui o fizeram porque tiveram acesso à leitura, a livros e se inspiraram.

A Fundação Pedro Calmon está dentro da Secult, que talvez seja a Secretaria do governo baiano, como acontece em governos de outros Estados, que tem o menor orçamento. Isso é extremamente injusto num Estado como a Bahia, que tem uma grande riqueza cultural, uma pluriparidade cultural, enormes talentos ligados à nossa própria identidade e grandes heróis, presidente, que precisamos difundir.

Quando temos um orçamento menor do que 1%, como é o caso da nossa Secretaria de Cultura, 0,57%, isso prejudica inclusive a própria propagação da cultura até como meio de inclusão do jovem e de combatermos a violência. Se incluímos os nossos jovens através da educação, do esporte e da cultura, estamos dando a eles oportunidade de cidadania.

Hoje pela manhã estive na audiência pública em que o nosso secretário da Fazenda esteve aqui para falar do último quadrimestre. Fiquei feliz e fiz um comentário. O de que nós precisamos, deputado Sandro Régis, com toda a responsabilidade desta Casa, entender que necessitamos racionalizar se queremos enfrentar juntos a crise econômica sem prejudicar os projetos sociais que todos nós deputados defendemos.

Temos o entendimento de que a Bahia, e lá foi mostrado, está entre os Estados que não têm uma situação de comprometimento, de endividamento grave, já que teve até um superávit primário. Mas isso não quer dizer absolutamente nada. Por exemplo, ter superávit quando se tem a área da Saúde sempre com demandas crescentes, deputado Herzem, V.Ex^a que aqui falava de hospitais.

Portanto, nós temos de fazer um grande debate na Comissão de Saúde, da qual o senhor é membro, para saber à luz da regionalização da Saúde o que podemos fazer com pouco dinheiro e demandas crescentes, identificando as vocações regionais de cada um desses hospitais. Alguns deles podem ser melhores maternidades, outros podem ser melhores para combater doenças infectocontagiosas, outros para uma melhor Ortopedia e assim sucessivamente.

Precisamos então regionalizar a Saúde, depois de um debate com prefeitos, vereadores e movimentos sociais, para definirmos qual é a melhor vocação de cada hospital. Particularmente, não sou contra a privatização ou estatização de hospitais. Entendo que a Saúde é complexa, requerendo soluções heterodoxas e diversas para

cada uma das situações.

Obviamente não podemos aceitar a privatização da Atenção Básica à Saúde, por exemplo, que deve ser, sim, compromisso do Estado. Quando nos deparamos com a média complexidade e as demandas crescentes por serviços em várias áreas, várias especialidades, vimos que não temos condição de o Estado fornecer, e o deputado Alan Castro, que é médico, sabe disso, em todos os 417 municípios todas as especialidades. Precisamos fazer parcerias, e aí vêm as parcerias público-privadas. O que deve se debater é que as decisões precisam ser dialogadas com as comunidades, para saber se estamos conduzindo da forma mais adequada. É preciso que valorizemos o servidor. Há uma Lei de Responsabilidade Fiscal que limita custos com o pessoal, infelizmente, na saúde, e aí eu defendo que seja revista a Lei de Responsabilidade Fiscal para a saúde e educação, porque senão teremos eternos limites de construirmos hospitais, não temos como custeá-los. Temos de debater isso, de forma responsável, dentro da Comissão de Saúde, com o governo do Estado, com as prefeituras, para encontrarmos as soluções, porque o que queremos é a saúde de qualidade lá na ponta, a regionalização, mas com os princípios do SUS, com universalização, com aumento de acesso. É isso que todos nós desejamos.

Quando dizemos que vamos fazer uma frente em defesa da saúde é para que nós possamos, juntos, com responsabilidade, debater, diante da crise econômica, que afeta mundialmente, que afeta o nosso País e afeta o nosso Estado, soluções de gestão.

Precisamos, sim, economizar em alguns setores para investirmos em outros, assim é que defendo. Não podemos contingenciar a saúde, a educação, a segurança pública e também a cultura, que já é contingenciada.

Hoje, fiz um pedido ao secretário Manuel Vitório para que possamos descontingenciar a cultura, que já vem com um orçamento ínfimo, impossibilitando-a de ter um planejamento a longo prazo de sua estratégia. Fora esse contingenciamento, a aplicação dos recursos, ao passar pela Fazenda, literalmente há dificuldade de fazer planejamento a médio prazo. O secretário, obviamente, prometeu debater com o segmento, com o secretário Jorge Portugal, em quem confio, bem como em sua equipe: Fernanda Tourinho, à frente da Fundação Cultural; João Carlos, à frente do Ipac; e agora Zulu, companheiro, à frente da Fundação Pedro Calmon. Vamos, debatendo com segmento, encontrar, planejar, enfrentar a falta de recursos com o aumento de planejamento, com a definição de prioridades.

Tramita no Congresso Nacional, deputado Joseildo, a PEC 150, que define, se for votada, em nível nacional, o investimento de 2%, na cultura; para os Estados, 1,5%; para os municípios, 1%.

Um Estado como a Bahia, com um orçamento pequeno para a cultura, terá dificuldades de fazer valer a sua memória, a sua história, a sua identidade em dinamizar a cultura como fonte de cidadania.

Por isso, trago aqui essa preocupação a todos os nobres colegas deputados, que, tenho certeza, são incentivadores da cultura do nosso Estado, como intrinsecamente ligados à nossa identidade, para que nós, façamos um apelo para que cheguemos – eu

sei que foi uma promessa de campanha do atual governador – a 1,5%. Sei das dificuldades que temos. Este ano será um ano difícil, com diminuição da arrecadação do ICMS, diminuição das transferências, inclusive, transferências do governo Federal, com uma diminuição da arrecadação. Mas temos de salvar a cultura do nosso Estado, tentando descontingenciá-la, para que possa ser feito um planejamento a longo prazo, e a médio prazo consigamos também, dialogando com o segmento, definir essas prioridades.

Por fim, quero aqui fazer um pedido à Mesa Diretora sobre o choque de horários nas comissões. Temos vários deputados novatos, que querem e têm a vontade de trabalhar nas comissões. Há choque muito grande nos horários de comissões, a Comissão de Saúde conflitando a Comissão de Direitos Humanos. E aí eu quero, presidente Marcelino Galo, saudá-lo pela iniciativa da audiência hoje sobre o sistema prisional e dizer que direitos humanos também passam por saúde. Nós vamos ter que dialogar sobre isso, porque essas comissões importantes se reúnem no mesmo horário. A Comissão da Promoção da Igualdade também se reúne no mesmo horário. A Comissão dos Direitos da Mulher, junto com a Comissão de Defesa do Consumidor. Ouvi um lamento do presidente da Comissão de Defesa do Consumidor por não conseguir quórum. Então, peço à Mesa Diretora para debater com o colégio de Líderes como vamos equacionar essa quantidade de responsabilidades que temos para com essas comissões e os segmentos que elas defendem, para que possamos ter uma participação efetiva, qualificada, de todos os deputados que delas querem participar.

Obrigada, presidente, pela sua atenção.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputada Fabíola. Só para esclarecer que esse assunto foi tema da reunião da Mesa na semana passada e nós, da Mesa, juntamente com o presidente Marcelo Nilo, estamos planejando o melhor horário para que as comissões da Casa não tenham horários coincidentes. Certamente, iremos ter comissões às segundas e quintas-feiras.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou ao Líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, falará por todo o tempo o nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos aqueles que nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia*, subo a esta tribuna para fazer algumas considerações muito próprias deste momento que nós estamos vivenciando em nosso País, no nosso Estado, em qualquer canto em que estejamos.

Mas, para traçar em que pé ou qual a paisagem que emoldura este momento, nós estamos atravessando um pouco mais de ¼ de século de normalidade

democrática, e este é o primeiro período em que concretizamos em nossa história o alongamento do funcionamento das instituições na forma como estão dadas em nosso País. Isso é motivo para celebrarmos e não nos livra das tensões de um mundo globalizado e de problemas que, eventualmente, possamos vir a passar por questões de ordem macroeconômica, por questões de ordem da economia internacional. Estamos saindo levemente de uma grande crise comparável àquela crise que aconteceu no final da década de 20, no século passado, quando tivemos ceifados milhões e milhões de empregos mundo afora e quando a depressão econômica determinou um atraso considerável nas relações socioeconômicas dos países considerados avançados.

Voltando ao início da nossa fala, estamos, como disse, atravessando este período de normalidade das instituições que agora fazem com que o Brasil ainda mantenha os fundamentos macroeconômicos que o transformam em uma das grandes economias que têm condição de dar respostas a essa crise que está ceifando os empregos, principalmente na Europa desenvolvida – a Itália, a França, Portugal, Espanha, e nós ainda mantemos aquilo que, tecnicamente, se convencionou chamar de nível de pleno emprego. A lado desses problemas de ordem macroeconômica, estamos atravessando problemas políticos agudos e precisamos realizar o nosso debate aqui com equilíbrio, mas também com muita responsabilidade, atirar na mosca, sob pena de que em pouco tempo não sobre, não reste espaço para recomposição do tecido social, em bases que a democracia sempre caracterizou em momentos de normalidade.

Por que falo isso?

Estamos vivenciando um processo de privatização, de privatização do sistema eleitoral em nosso País. Estamos culminando com o processo de privatização entregue a poucos atores. O resultado disso, principalmente, no Parlamento brasileiro em seus três níveis é que a eleição brasileira nos três níveis, privatizada como está, demonstra e traz como consequência a mais nefasta possível: o afastamento, o subdimensionamento, a sub-representação do Parlamento nos três níveis- que por certo não representa a média do que seja a sociedade brasileira, nos municípios, nos estados da federação, na União como um todo.

Então isso é perigoso. Uma série de deveres da própria democracia não foram cumpridos no seu devido tempo, a exemplo da regulamentação de vários capítulos, de vários artigos da Constituição Federal, incluído aí certamente a regulamentação dos meios de comunicação que estão oligopolizados neste país, trazendo, com certeza, o perigo da formatação de um pensamento na direção de causar efeitos antagônicos ao processo de liberdade democrática que estamos gozando a mais de um quarto de século.

Estamos aqui de vez em quando discutindo e apontando as consequências, as decorrências desse sistema político-eleitoral já exaurido, como se tivéssemos a possibilidade de dizer que este ou aquele é culpado pela danosidade dos esquemas de corrupção que estão rondando, que estão impregnados na Petrobras. Não só na Petrobras, mas em quase todas as estatais, em quase todas as empresas que prestam,

que vendem serviços para o Estado brasileiro nos três níveis.

Quem financia as eleições de quem hoje tem mandato neste país em função da imperfeição do sistema político brasileiro?

É muito fácil demonizar, partidizar essa discussão. Mas, logo, quando vier à tona a lista do HSBC- que é um banco inglês, uma potência financeira do mundo que tem critérios objetivos de relação com a democracia muito diferentes dos bancos e banqueiros nacionais. E através de um processo de investigação de cunho internacional já se colocou a disposição para abrir a lista daqueles que utilizam recursos de origem incerta, de origem certamente criminosa e que buscam paraísos fiscais, a exemplo da Suíça, nas contas do HSBC com mais de 120 mil titulares mundo à fora, mais de 120 titulares mundo à fora.

Já foi dito que nós brasileiros temos uma importante fatia nesse pacote, nesse conjunto de titularidade, em torno de 9 mil.

Queremos saber quem são e dentro de pouco tempo os gatos ficarão pardos, dentro de pouco tempo conheceremos na sua inteireza o endereço e os nomes dos quase, ou mais ou menos nove mil brasileiros que devem estar nessa lista do HSBC.

Obviamente, trago aqui um tema. Estive alguns dias distante desta tribuna, em decorrência de uma série de compromissos assumidos, mas hoje já me desvencilhei e estarei participando dos debates na direção, no compromisso de tentar qualificá-lo para acharmos a saída, porque não resta dúvida do nível de contaminação da política, da fulanização do processo eleitoral, da despolitização das campanhas, da falta de debate com a sociedade civil, e isso não vejo no centro, da centralidade das discussões que normalmente têm sido feitas nos últimos dias, não só nesta Casa.

Temos uma oportunidade única de purgar esses pecados nacionais por conta da vitalidade de instituições que estão funcionando. A Polícia Federal de hoje não é a Polícia Federal da história recente deste País, que não tinha condição material nem financeira, que não tinha efetivo, e funciona liberadamente para fazer frente àquilo que é responsabilidade no seu funcionamento. O Ministério Público igualmente. O Judiciário também.

Convencionou-se no passado recente que o procurador-geral da República deveria ser aquele cidadão que engavetaria. E já vimos esse filme. Aquilo que fosse na direção de estreitar a zona de conforto de quem está governando. Mas hoje, não, é diferente. O exercício pleno dessas instituições inegociáveis no processo de consolidação da nossa jovem democracia certamente salta aos olhos, em que pese esse momento de turbulência que haveremos de passar. E seremos melhores. Seremos melhores, muito melhores, por conta desse momento por que estamos passando.

Isso é importante, é mais do que importante que nós instalemos aqui um debate propositivo, um debate responsável, um debate que traga luzes para fortalecer, como disse, a nossa jovem democracia e a raiz... Não negamos os desvios de conduta, as fragilidades de caráter de quem os perpetua, de quem faz, mas precisamos, mais do que nunca, cerrar fileiras em todos os cantos destes Países, brandando pela reforma política antes que seja tarde. Uma reforma política profunda, uma reforma eleitoral profunda, que não seja na direção exclusiva do casuísmo de quem quer que seja, de

quem esteja no plantão da ocasião, mas é preciso que estabeleçamos um debate na direção daquilo que nos é mais caro, a plenitude e a continuidade do Estado democrático de direito, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE: (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE: (Sidelvan Nóbrega):- Encontram-se no Plenário apenas 8 Srs. Deputados, portanto, não há quórum para continuidade da presente sessão. Assim, declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*